



OS DESAFIOS NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS DOS POVOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO

Risonete Rodrigues da Silva¹; Ana Maria Tavares Duarte²

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. EMAIL caa@ufpe.br

Resumo: Este trabalho é parte das atividades avaliativa do conteúdo curricular Educação Especial, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco no Centro Acadêmico do Agreste - UFPE/CAA. O mesmo foi desenvolvido com os discentes da Licenciatura Intercultural Indígena – UFPE/CAA. A presente pesquisa, tem uma abordagem qualitativa. Tendo como pressuposto: que a falta de recursos e de professores fluentes em libras interfere na comunicação entre educador e educando, refletindo assim no processo de alfabetização. Com o objetivo geral de: compreender os desafios no processo de alfabetização dos surdos indígenas no contexto escolar. Na metodologia trabalhamos com a com entrevista semiestruturada e questionário. Os resultados mostram que nosso pressuposto foi confirmado, ou seja, a falta de recursos, intérpretes e de professores fluentes em Libras, interfere na comunicação entre educador e educando, criando assim, entraves para que os surdos indígenas sejam alfabetizados nas escolas indígenas.

Palavras-chave: Alfabetização, Surdez, Libras.

Introdução

Os avanços em relação à educação de surdos no ensino regular aconteceram a partir de 2002, quando entra em vigor a lei nº 10.436/02 que oficializa a LIBRAS (Língua Brasileira de sinais) como a língua oficial da comunidade surda. Mesmo assim, sabemos que não é fácil e nem rápido acontecer à inclusão de surdos nas escolas regulares, pois as instituições escolares precisam organizarem-se estruturalmente, investir na formação dos educadores. A partir das atividades de monitorias desenvolvidas na Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. Surgiu a inquietação de como seria a alfabetização dos indígenas surdos e quais os desafios encontrados no contexto escolar? Partindo do pressuposto que a falta de recursos e de professores fluentes em libras interfere na comunicação entre

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. Monitora do Conteúdo Curricular Educação Especial, No Curso de Pedagogia – UFPE/CAA. risoneteprof@gmail.com

² Profª Adjunto 3 - Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste –UFPE/ CAA. familliaduarte@uol.com.br



educador e educando, refletindo assim no processo de alfabetização. Pois, na maioria dos casos, os surdos são filhos de ouvinte e só vão ter contato com a língua de sinais (LIBRAS) na escola em torno dos 5, 6 anos ou já na adolescência. Além de estar inserido em uma comunidade, em que, a maioria das pessoas são ouvintes e não conhecem a Libras; pois muitos professores que são alunos na Licenciatura Intercultural Indígena só tiveram conhecimento e contato com o estudo de Libras no 3º módulo, mesmo sendo professores de seus povos nas escolas em suas respectivas aldeias.

Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem como no caso da surdez que exige uma atitude educativa específica da escola. Por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos. A falta de recursos e de professores fluentes em libras interfere na comunicação entre educador e educando, refletindo assim no processo de alfabetização. A partir desse pressuposto surgiu a inquietação e o despertar do desejo de pesquisar sobre: Deficiência auditiva: os desafios presentes no processo de alfabetização de crianças com surdez.

Assim, elencamos como objetivo geral: compreender os desafios no processo de alfabetização dos surdos indígenas no contexto escolar. E como objetivos específicos: verificar se o educador indígena está inserido neste novo contexto de busca e aprimoramento de seus conhecimentos em Educação Especial; de identificar a relevância da língua de sinais no contexto escolar indígena e analisar os desafios no processo de alfabetização de crianças com surdez dos Povos Indígenas de Pernambuco. Visando, portanto a confirmação ou refutação do pressuposto apresentado.

Metodologia

Para construção da pesquisa qualitativa utilizamos como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturada e aplicação de questionários. De modo que possamos contemplar nossos objetivos e inquietações. Moresi (2003:9) que na pesquisa qualitativa “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem”. (MORESI, 2003, pag.9).

Desta forma, utilizamos a entrevista semiestruturada, para uma melhor interação com os sujeitos entrevistados. Pois, a mesma nos possibilita uma abertura para que haja uma maior



flexibilidade durante a entrevista “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. (MINAYO, 2013, p. 64).

De acordo, ROSA E ARNOLDI (2008:17) ressalta que:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo. (ROSA E ARNOLDI, 2008, pag. 17).

Também utilizamos um pequeno questionário, visto que os indígenas estavam em aula e muitos não se disponibilizaram para uma entrevista. Assim, o questionário foi um instrumento que nos possibilitou maiores informações. Questionário pode ser definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas como propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado Gil (2008, apud. Numa et al 2011), é um instrumento de coleta de informação, utilizado numa Sondagem ou Inquérito. Sua importância passa pela facilidade com que interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto

A partir dos dados coletados e tratados referenciando-se na análise de conteúdo temática. Que segundo Bardin (1979, apud Minayo, 2013, p.86), trabalhar com análise temática, “consiste em descobrir os núcleos de sentido, que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Desta forma, foi iniciado o diálogo entre eles e o aporte teórico de forma a responder à questão central e aos objetivos da pesquisa.

Referencial teórico

Pesquisar o processo de alfabetização de indígenas surdos torna-se relevante, pois é, neste contexto que o indivíduo terá contado com um novo mundo e com novas habilidades adquiridas com a escrita e a leitura. Este contato escolar contribuirá no desenvolvimento de sua vida pessoal, social, educacional e psicológica. A Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal de Pernambuco – CAA. Vem materializar os avanços que a educação especial tem conseguindo através das Leis vigentes no Brasil. Pois trata de um curso que tem como finalidade social atender às demandas de formação de professores das escolas indígenas da rede estadual de ensino de Pernambuco. Nos dados fornecidos pela Secretaria de Educação de Pernambuco, em 2007 que



consta no PPC do curso, havia 639 professores indígenas que atuavam nas escolas indígenas do Estado com a formação de Magistério Indígena, desenvolvido especificamente para preparar docentes indígenas e que a época não possuía a qualificação exigida pela LDB de 2006.

A Licenciatura Intercultural Indígena tem uma característica peculiar por ser voltada para a educação escolar indígena. As escolas indígenas de Pernambuco têm organizações, normas, currículos e desenvolvimento de ensino que são específicos. Cada povo indígena vivencia em tempos e em modos diversos os seus processos de ensino e aprendizagem, considerando seus valores e tradições, suas histórias de lutas e conquistas da terra, da organização social, política, econômica e religiosa. A formação proposta pelo curso estabelece pontes de diálogo entre a vida das comunidades de cada povo e a necessidade de formação para a docência indígena engajada, atendendo às especificidades postas pela natureza das escolas indígenas. O princípio epistemológico exigido para o atendimento das especificidades e diversidades das escolas indígenas, como consta no Parecer MEC/CNE14/99 (BRASIL, 1999) e o da interculturalidade.

A perspectiva crítica, focaliza a interculturalidade como um dos componentes centrais dos processos de transformação das sociedades latino americanas, assumindo um caráter ético e político à construção de democracias, onde a redistribuição e o reconhecimento cultural sejam assumidos como imprescindíveis para a realização da justiça social. (CANDAU, V.M. F.; RUSSO, K 2010)

Para Walsh (2006, p. 21, apud CANDAU, 2010), mais do que um simples conceito de inter-relação, a interculturalidade assinala e significa processos de construção de conhecimentos “outros”. “É então concebida como uma estratégia ética, política e epistêmica. Nesta perspectiva, os processos educativos são fundamentais”.

Assim, este trabalho está ancorado nos seguintes aportes legais: A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais/ LIBRAS, como a língua das comunidades surdas brasileira. O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei, referenciada acima. A Declaração de Salamanca (1994) - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais da Educação Infantil. Cagliari (1993) contribuindo com teorias e práticas necessárias para a alfabetização. Na busca de contextualizar a comunicação própria dos surdos – Libras, apresentamos Veloso & Maia (2009). Além desses autores citados também estamos ancorados em Novaes (2010) visando o direito, educação e cidadania do surdo. Esses autores contribuem com este trabalho, por serem estudiosos/as de produções literárias destacam-se Éden Veloso e Valdeci Maia que são surdos.



É oportuno considerar que desde o nascimento, a criança está inserida numa relação social sendo o familiar o primeiro e mais importante grupo que dará base para seu desenvolvimento. Ações conjuntas entre família e escola, facilitam a inclusão da criança surda no ambiente escolar. A Declaração de Salamanca (1994), nessa perspectiva de educação infantil afirma que:

51. O sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de 6 anos deveriam ser desenvolvidos e/ou reorientados no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual e social e a prontidão para a escolarização.

De acordo com Prof^o. Dr. em linguística, Luiz Carlos Cagliari (1993), o processo de alfabetização inclui muitos fatores, nas quais o professor estará livre para selecionar o método, as técnicas que atenderá melhor as necessidades de cada aluno. Em salas com ouvintes e surdos não será diferente, pois para que haja sucesso e bom desempenho na alfabetização o professor deverá observar a necessidade de seus alunos.

Agindo dessa forma, o professor estará mais livre para selecionar os métodos, as técnicas; buscará os rumos e o ritmo que considerar mais adequados a sua turma, colocando sua sensibilidade acima de qualquer modelo preestabelecido. (CAGLIARI, 1993, p.9).

Novaes (2010, p.167) escreve que “as pessoas surdas precisam ser alfabetizadas (educadas) de forma desigual, potencializando sua Cultura Surda e o meio de comunicação específico: Língua Brasileira de Sinais”. Constatou-se a necessidade de se ter legislações específicas às pessoas surdas, porque aplicar legislações contrárias significa tentar incluir os surdos no mundo dos ouvintes, forçando-os a agirem com ouvintes. Desmerecendo a Cultura Surda e sua língua de sinais.

Éden Veloso, professor surdo formado em Letras/Libras UFSC, na apresentação de seu livro diz: “A língua de sinais não é, uma mistura de gestos naturais e mímica. A Libras é reconhecida pela linguística, pois ela possui uma estrutura gramatical própria com níveis linguísticos como fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos”. Como qualquer outra língua, ela também possui expressões que diferem de região para região (regionalismo), o que a legitima ainda mais como língua.

A Libras é diferente da língua Portuguesa e a tradução não deve ser literal, ela está em constante evolução. O que diferencia a Língua de Sinais das demais línguas orais é a sua modalidade visual-espacial. Assim, a pessoa que aprende LIBRAS, vivencia a “estranheza” de se



comunicar sem som, fazendo movimentos no ar com as mãos, os olhos, a boca, enfim o corpo todo. Veloso (2009, p.5).

No livro *Removendo Barreiras para a Aprendizagem*, Carvalho (2009), escreve que obstáculos, barreiras fazem parte do cotidiano escolar de qualquer aluno sendo ele ouvinte ou não, e que essas barreiras se manifestam em qualquer etapa do fluxo de escolarização. As barreiras existem para todas as pessoas, mas há alguns que precisam de apoio e ajuda para enfrentar e superar suas necessidades educacionais especiais. O que não nos autoriza a rotulá-los como alunos “incapazes”.

Se quisermos identificar defeitos, talvez tenhamos que procurá-los no próprio sistema educacional ou na escola, seja pela ideologia que permeia as decisões dos administradores, seja pelas condições em que o processo ensino-aprendizagem ocorre. (CARVALHO, 2009, p 60).

De acordo com os teóricos apresentados podemos pressupor que os desafios para alfabetizar crianças surdas não são muito diferentes com os obstáculos enfrentados para educar crianças ditas “normais”. E que é possível e há meios de atenuar tais desafios através da inclusão social de fato e não de modismo e interesses partidários.

Resultados

Coletamos dados de 7 povos indígenas são eles: Atikum, Pankararu, Truká, Pankará, Xucuru, Kambiwá, Kapinawá, E somente no povo Xukuru do Ororubá que encontramos alunos surdos nas escolas regulares.

Ao perguntarmos na escola que você trabalha tem alunos surdos, quais os desafios que a escola indígena enfrenta para incluir alunos surdos? Constatamos, muita semelhança nas respostas.

Sim, no nosso povo as escolas enfrentam esses desafios, por que não temos professores capacitados para atender este contexto vivenciado na escola. (Aline³ Xukuru, 2015)

Podemos identificar na fala da professora Aline Xucuru, a falta de apoio e de formação desses profissionais. Pois, mesmo havendo alunos surdos matriculados na escola que leciona. Os professores não estão familiarizados com a Libras -Língua brasileira de sinais.

Ao fazermos a mesma pergunta agora a professora Elida Xukuru, a resposta é:

³ Aline Marques da Silva – Povo Xukuru, Estudante da Licenciatura Intercultural Indígena – UFPE/CAA. Professora na escola Intermediária com alunos surdos.



Não, falta assistência para esses alunos. (Elida⁴ Xukuru, 2015)

Desta forma, fica evidenciado mais uma vez a falta de formação dos professores para atuarem com crianças surdas. Ao perguntarmos a professora Marivânia Xukuru se na escola que ela trabalha tem alunos surdos, quais os desafios que a escola indígena enfrenta para incluir alunos surdos? A resposta foi:

Sim, enquanto povo indígena Xukuru do ororubá, a dificuldade que algumas escolas sofrem é em questão a própria família de alguns alunos que não incentiva para que eles busquem na educação escolar o crescimento profissional. (Marivânia⁵ Xucuru, 2015)

Assim, podemos identificar que a ausência de crianças nas escolas indígenas não está relacionada, a penas a falta de formação dos professores, mas também a falta de conscientização das famílias desses alunos surdos ou com baixa audição.

Agora fizemos outra pergunta as mesmas professoras que afirmaram ter alunos surdos nas escolas indígenas que trabalha. Como ou o que a escola faz para formar educadores indígenas neste novo contexto de busca e aprimoramento de seus conhecimentos em educação especial?

A equipe pedagógica das escolas xukuru procuram através dos professores especiais sanar em parte essa realidade com acompanhamento pedagógico. (Aline, Xucuru).

Podemos identificar, que as escolas do povo Xukuru, faz um trabalho assistencialista para sanar a falta de formação dos professores ou a falta de interpretes de Libras nesses escolas que tem alunos surdos. Assim, minimizando os entraves encontrados para que ocorra a alfabetização dos mesmos. Esta mesma questão identificamos na fala a professora Marivânia Xukuru.

A escola procura através de formações em encontro pedagógico ter de fato a formação para o professor de educação especial, mas sabendo que necessitamos do apoio maior por parte do Estado de Educação na qual ainda é muito falho nestas formações específicas para os professores indígenas de Pernambuco. (Marivânia, Xukuru)

Perguntamos as mesmaa mesma três professoras do Povo Xukuru, que foram dentre os povos pesquisados os que tem alunos surdos em suas escolas indígenas. Qual a relevância da língua de sinais (LIBRAS) no contexto escolar indígena?

⁴ Éilda Micheline de Sousa Bezerra – Povo Xukuru, Professora de Étnomatemática na Licenciatura Intercultural Indígena – UFPE/CAA e Prof^a na Escola Intermediária Mons. Olim. Torres.

⁵ Marivânia de Lima Feitoza – Povo Xukuru, Estudante da Licenciatura Intercultural Indígena – UFPE/CAA. Professora na escola Antônio Zumba (Xicão Xucuru) com alunos surdos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Entendemos que seria primordial, porém os professores de educação especial não são formados para atender este componente, com isso os alunos perdem. (Aline, Xukuru)

È importante, mas nas escolas não existe professores com esta formação. (Élida, Xucuru)

È de suma importância o uso da língua de sinais no nosso contexto escolar indígena, pois temos indígenas surdos que necessita também deste conhecimento (LIBRAS), assim, como outros conhecimentos quanto específico e global. (Marivânia, Xukuru).

As perguntas acima fizeram parte do nosso questionário, e podemos analisar que não existe profissionais formados para atender os surdos que estão nas escolas indígenas, mas que mesmo com tantas dificuldades inclusiva da família, os professores buscam maneiras de atender a este público específico. Desta forma, podemos compreender o interesse nas aulas de Libras no 3º módulo (período) na Licenciatura Intercultural Indígena.

Também observamos nos Povos: Atikum, Pankararu, Truká, Pankará, Xucuru, Kambiwá, Kapinawá, estas mesmas dificuldades e a falta de formação do professor para trabalhar com alunos surdos. Por isso, há alunos surdos matriculados nas escolas indígenas. Foi mencionado na entrevistas com o professor Miguel Pankararu, que havia um indígena surdo que estudava, mas não em escola indígena.

Quanto a alfabetização, coletamos dados através das entrevistas e questionários. Que poucos professores sabem alguns sinais de LIBRAS e que os alunos surdos aprendem através de gestos e mímicas. Quanto aos demais povos eles não têm alunos matriculados nas escolas e os professores não tem formação para atender este público específico.

Considerações

Confirmamos nosso pressuposto que a falta de recursos, intérpretes e de professores fluentes em Libras, interfere na comunicação entre educador e educando. Refletindo assim, no processo de alfabetização e interferindo na inclusão de surdos nas escolas indígenas. Como podemos observar através dos dados coletados dos 7 povos Indígenas de Pernambuco e 12 escolas indígenas, que apenas 2 escolas no Povo Xukuru tem alunos surdos.

Portanto nosso objetivo geral foi contemplado, pois compreendemos e identificamos os desafios no processo de alfabetização dos surdos indígenas no contexto escolar. Pois, mesmo com esses avanços, nas políticas públicas, sabemos que ainda está muito aquém do ideal, a materialização das leis em vigor.



Assim, podemos identificar através dos teóricos abordados que quanto mais cedo a criança e a família do surdo conhecer a língua de sinais a criança terá um melhor desenvolvimento tanto para a vida escolar quanto para a vida social. E que essa educação não é responsabilidade apenas da escola, mas é um trabalho que envolve a família, políticas públicas com programas educacionais voltados para a educação infantil, para a primeira infância, e que as leis de inclusão social sejam praticadas da forma que foram estabelecidas.

Evidenciamos assim, que a Licenciatura Intercultural Indígena vem contribuindo com a formação desses docentes indígenas, através de projetos em educação especial e inclusiva e também com aulas de libras. O que possibilita a inclusão desses alunos surdos indígenas em suas respectivas escolas. Desta forma, podemos concluir reafirmando que o nosso pressuposto foi confirmado, ou seja, a falta de recursos, intérpretes e de professores fluentes em Libras, interfere na comunicação entre educador e educando, criando assim, entraves para que os surdos indígenas sejam alfabetizados nas escolas Indígenas.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza D.A de. **Etnografia da Prática Escolar**. 15ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1995.

Brasil - Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5625.htm>. Acesso em 22/07/2013.

Brasil – Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10436.htm>. Acesso em 22/07/2013.

CAGLIARI, L, C. **Alfabetização & Linguística**. Editora Scipione – São Paulo 1993.

CANDAU, V.M.F.; RUSSO, K. **Interculturalidade e Educação na América Latina**: uma construção plural, original e complexa. Revista Diálogo Educacional, vol. 10. Núm.29.enero-abril,2010,pp.151-169 Pontificia Universidade Católica do Paraná – Brasil.

CARVALHO, R, E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**: educação inclusiva. Editora Meditação – Porto Alegre 2009.

FALCÃO, L, A, B. **Educação de Surdos**: ensaios pedagógicos – Recife: Ed. do Autor. 2012.

GIL, António Carlos (2008) **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. Brasil. Numa, Wilson. Questionário como instrumento de pesquisa. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/66962162/Questionario-como-instrumento-de-pesquisa>> Acesso em: 14 out 2014.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

MINAYO, C.S. (organizadora) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MORESI, E. A. D. (Org). **Manual de Metodologia da Pesquisa**. Brasília-DF: Universidade Católica de Brasília – UCB, mar. 2003.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania**. – Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2007.

ROSA, Maria Virgínia de F. P. do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida G. Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.1

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994**. UNESCO, 1998.

VELOSO, Éden Veloso & MAIA, Valdeci Maia. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez**. Curitiba – PR: Mão Sinais, 2009